

Parceria para evitar 'paradão'

Ministro dos Transportes conta com mais recursos e ajuda do setor privado para impedir colapso do setor

► TRANSPORTES

CONTINUAÇÃO DA PÁGINA A1

A expressão *paradão* está circulando há dias no governo federal e foi usada até pelo presidente da Companhia Vale do Rio Doce, Roger Agnelli, após encontro entre empresários e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na última quinta-feira, quando começaram as discussões para uma parceria entre os setores público e privado para retomar os investimentos em infra-estrutura.

Na última sexta-feira, o ministro do Planejamento, Guido Mantega, anunciou o desbloqueio de R\$ 1 bilhão do Orçamento da União, e a maior parte deve ser destinada ao setor de infra-estrutura. Ainda assim, é pouco. Segundo o ministro Anderson Adauto, os transportes – ferroviário, rodoviário, hidroviário, além dos portos – demandam R\$ 6 bilhões a R\$ 7 bilhões em investimentos anuais, nos próximos 10 anos, para a recuperação da estrutura atual e a expansão dos serviços.

Adauto negocia com os ministérios da Fazenda e do Planejamento a vinculação de receitas da Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico (Cide) para conseguir a maior parte desse dinheiro. O restante, espera o ministro, virá da Parceria Público-Privada (PPP), que começará a ser testada no segmento ferroviário.

Para este ano, Adauto conta com cerca de R\$ 2 bilhões e espera convencer os empreiteiros a fechar um acordo que garanta redução dos preços nas obras públicas. O ministério negocia ainda com a Petrobras a compra de betume para produção de asfalto. O produto seria repassado às empreiteiras. A economia esperada com a compra centralizada é de cerca de R\$ 1 bilhão por ano. A prioridade são tapar os buracos das rodovias e concluir as obras inacabadas.

– Não poderá haver mais justificativas para buracos nas estradas – reforça.

A seguir os principais trechos da entrevista concedida ao Jornal do Brasil:

FERROVIAS

“Encontramos uma situação de caos nas ferrovias. Primeiro,

temos de garantir o que está funcionando bem. Estabelecemos um quadro novo, de confiança entre o setor público e os concessionários. A ferrovia tem de ser vista como uma questão de Estado. Vamos criar, também, uma câmara setorial. É um absurdo que, com o tanto de ferro que produzimos, não fabriquemos trilhos. Temos de mostrar para a indústria brasileira que existe mercado. A câmara setorial vai colocar todas as partes na mesa”.

INVESTIMENTOS

“O enfoque será na parceria entre a iniciativa privada e o governo. Vamos entrar com um pouco de dinheiro. A outra parte virá das empresas. Temos de dar garantias a elas. Setores grandes estão paralisados. É melhor dar incentivo para construir trilhos e locomotivas do que importar. Percebo a área econômica do governo aberta para isso”.

REDE FERROVIÁRIA

“O presidente já definiu um grupo de trabalho para lidar com isso. Hoje, há 100 mil pessoas de um lado, com um patrimônio de R\$ 2 bilhões do outro, que está sendo dilapidado. Este patrimônio pode cobrir parte do passivo, de R\$ 5 bilhões. Em uma ação trabalhista, você negocia pela metade do preço. O Ministério da Fazenda e a Casa Civil estão trabalhando nisso”.

‘PARADÃO’

“O risco é grande. Mais de 80% das nossas estradas chegaram ao limite na questão de vida útil. Mostrei isso nos ministérios do Planejamento e da Fazenda. Se não fizermos investimentos pesados no setor, ele não vai dar conta de garantir as bases para o governo que o Lula deseja. Estou acreditando que vamos desenvolver bem esse programa. Consertar as estradas é o primeiro passo. Até 2006, se não houver investimentos, teremos 95% de estradas arrebatadas. Esse é o *paradão*”.

CHOQUE DE REALIDADE

“Nas décadas de 70 e 80, os investimentos em transportes chegaram a 1,8% do PIB. Hoje, estamos em ridículos 0,2%. Eu

não vou dizer que precisamos de 1,8% do PIB, mas que tem de aumentar, tem. Para começar, em agosto, teremos um plano nacional de infra-estrutura com todas as obras prioritárias, que não podem esperar mais. Precisaríamos de algo em torno de R\$ 6 a R\$ 7 bilhões por ano para recuperar o que temos e fazermos um programa correto, trabalhando para ampliar e modernizar a infra-estrutura”.

MAIS RECURSOS

“Defendo vigorosamente a Cide (Contribuição sobre Intervenção do Domínio Econômico, imposto sobre combustíveis) porque ela é legal. Só vamos conseguir atingir as metas com recursos assegurados e contínuos. Vamos deixar de ser cínicos. Vamos dizer à nação: precisamos de 10 anos. Não tenho garantia de que haverá vinculação de recursos. Mas vejo toda a classe política, as entidades de classe ligadas ao setor produtivo e a consciência do presidente da República, voltadas para isso”.

DEVER DE CASA

“Mas eu também tenho de

ver de casa para fazer. Nem a sociedade nem o núcleo do governo têm confiança no Ministério de Transportes, pelo tanto de histórias que já saíram daqui. Temos de provar que estamos aplicando bem o dinheiro. Temos de resolver algumas coisas. Buracos nas estradas não podem existir, isso não se justifica mais. Espero mais dinheiro em função do superávit do governo. Aliás, estou desenvolvendo todas as ações no sentido de gastar todos os limites. E vou continuar o meu trabalho para conseguir mais verbas. Hoje, temos cerca de R\$ 2 bilhões para o setor”.

ESTRATÉGIA DE GUERRA

“Fizemos um acordo com 111 empreiteiras. Vamos pagar metade neste ano e metade no ano que vem. Estamos pagando R\$ 670 milhões nesses dois anos e vamos pagar em dia o que estamos contratando agora. Por isso, os preços das obras terão de cair. Tem gordura para queimar. Se vamos pagar em dia não é nenhum absurdo que os preços caiam. Esse dinheiro tem de voltar para a União, já

“Se não agirmos agora, vamos chegar no *paradão*”,
adverte Anderson Adauto

que o risco da inadimplência para elas cai”.

PETROBRAS

“Vamos comprar asfalto direto da Petrobras, sem intermediários, e fornecer para as empreiteiras. Isso resulta em economia. Só falta acertar preços e prazos, que devem ser fechados pelo presidente. O material betuminoso tem de ser considerado assunto de Estado. Vamos fazer uma economia de aproximadamente R\$ 1 bilhão com a compra direta em um programa de R\$ 6 bilhões”.

PARCERIA

“(A Parceria Público-Privado) é o governo acenando para a sociedade que precisa fazer infra-estrutura, mas não tem dinheiro para fazer sozinho e nem precisa fazer tudo sozinho. As empresas arcaram com a maior parte e o governo complementa. A parte do governo pode ser feita de várias formas. Não queremos, tanto no PPP, como nas concessões, fazer caixa. Queremos fazer infra-estrutura para ampliar e modernizá-la. O que eu posso falar das ferrovias é que é o primeiro caso de PPP. Temos outro caso em andamento: uma rodovia no Brasil Central em negociação com o governo de Mato Grosso”.

OUTRAS AÇÕES

“Vamos fazer, ainda este ano, dragagens especiais em Santos, no porto de Rio Grande e em Vitória, pois há navios com dificuldade em ancorar. A fiscalização das rodovias será feita em parceria com o Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, Caixa Econômica Federal e Exército. Haverá, também, um programa efetivo para que as balanças nas estradas funcionem”.

aguinaldo@
jb.com.br e
murloramos
@jb.com.br

